

Presença de pais em reuniões pode ser condição para receber o Bolsa Família

Objetivo de projeto de Cristovam Buarque aprovado pela Comissão de Educação é estimular o comparecimento a reuniões de pais e professores nas escolas e, assim, assegurar envolvimento das famílias com a educação dos filhos

A Comissão de Educação realizará um segundo turno de votação do projeto sobre o Bolsa Família



Para garantir os recursos do programa Bolsa Família, os pais de alunos beneficiados deverão participar de reuniões promovidas pelas escolas. A nova condição para o recebimento do benefício consta do projeto aprovado pela Comissão de Educação. Relatora da proposta, Marisa Serrano citou pesquisa do Ibope segundo a qual apenas 5% dos entrevistados consideram a educação uma responsabilidade dos pais dos alunos. **2**

Governistas adiam instalação da CPI da Petrobras

A reunião para instalação da CPI da Petrobras foi cancelada por Paulo Duque. Os senadores governistas não compareceram,

alegando que a oposição havia quebrado um acordo na CPI das ONGs. Os opositores atribuíram a manobra à necessidade dos

governistas de ganhar tempo para superar divergências entre PT e PMDB. Nova reunião foi marcada para amanhã. **4 e 5**



José Agripino (ao microfone) verbaliza o protesto dos opositores contra adiamento de instalação da CPI; o ministro José Múcio conversa com Marconi Perillo e Gilberto Goellner



Como fazer uma Copa limpa?

Uso de energias alternativas na Copa de 2014 está na pauta de grupo de trabalho. **7**

Comissão analisa internet no pleito

Uma comissão mista deve elaborar projeto sobre o uso da internet nas eleições, a ser votado até setembro. **5**

Acolhido relatório preliminar à LDO

Comissão de Orçamento sugere que o governo destine recursos para compensar estados por perdas. **3**



Crianças, parlamentares e autoridades convidadas participaram ontem no Plenário do Senado da sessão especial que comemorou o Dia Mundial e a Semana Nacional do Meio Ambiente. Os senadores alertaram para a urgente necessidade de promover o desenvolvimento sustentável. Adolescentes defenderam a aprovação de leis que respeitem a natureza. **7**

Substitutivo a projeto que incentiva pais a acompanharem desempenho escolar dos filhos é acatado em comissão, terminativamente, e ainda será submetido a nova votação

Pai que recebe Bolsa Família deverá participar de reuniões

PARA GARANTIR OS recursos do programa Bolsa Família, os pais ou responsáveis de alunos beneficiados deverão participar de reuniões de promovidas pelas escolas onde os filhos estudam. A nova condição para o recebimento do benefício consta de projeto (PLS 449/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

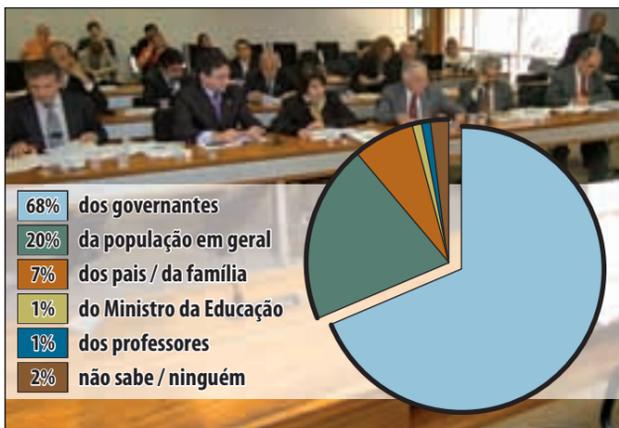
O texto aprovado foi o substitutivo da relatora Marisa Serrano (PSDB-MS). Entre as mudanças adotadas, estão as de garantir que as reuniões ocorram em horários compatíveis com o do trabalho dos pais ou responsáveis e que estejam de acordo com a proposta pedagógica da escola. Como se trata de substitutivo, haverá nova votação. A senadora observou que, em pesquisa realizada pelo Ibope, 68% dos entrevistados julgaram que a responsabilidade pela educação das crianças é do poder público. Apenas 7% dos entrevistados, segundo a parlamentar, disseram que a responsabilidade também era dos pais dos alunos.

– O que se pretende, com o projeto, é que os pais participem mais ativamente do acompanhamento do trabalho escolar dos filhos – disse Marisa.

Fátima Cleide (PT-RO) demonstrou preocupação com o custo do transporte dos pais até as escolas e se absteve de votar. Já Eduardo Suplicy (PT-SP), embora tenha elogiado a iniciativa do autor para incentivar a participação dos pais no acompanhamento escolar,

Responsabilidade pela educação

Ao apresentar seu voto favorável, a relatora observou que 68% dos brasileiros julgam que a responsabilidade pela educação das crianças é do poder público.



Fonte: Pesquisa Nacional de Educação 2008 Educar Para Crescer

discordou de impor nova condição para o recebimento do Bolsa Família.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) elogiou a proposta por considerar “fundamental” qualquer ação para aproximar os pais das escolas. Por sua vez, Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou o estímulo que se estabelecerá para a participação dos pais de alunos no processo escolar.

Carga horária

Por recomendação de Papaléo, relator da proposta, a comissão decidiu pela prejudicialidade do PLS 323/08, de Patrícia Saboya (PDT-CE), que visava aumentar a carga horária anual do ensino básico. O parlamentar recordou que projeto semelhante – o PLS 234/06, do então senador Marcos Guerra – já havia sido aprovado e remetido à Câmara dos Deputados.

A Comissão de Educação aprovou pareceres favoráveis a seis projetos da Câmara. O PLC 171/08, que teve Cristovam Buarque como relator, declara a cidade de Recife monumento nacional. O PLC 108/08, cujo relator foi Adelmir Santana (DEM-DF), institui o Dia Nacional do Esteticista. O PLC 203/08, relatado *ad hoc* por José Nery (PSOL-PA), cria o Dia Nacional do Cerimonialista. Já o PLC 175/08, cujo relator foi Inácio Arruda (PCdoB-CE), institui o Dia de Combate e Prevenção ao Escalpelamento, ocorrido em consequência de acidentes envolvendo embarcações irregulares na Amazônia. O PLC 100/08, que teve Valdir Raupp (PMDB-RO) como relator, institui o Dia Nacional do Motociclista. E o PLC 199/08, relatado por Papaléo Paes, cria o Dia Nacional do Mototaxista.

CE busca formas de ajudar antigos compositores

Antigos compositores brasileiros serão homenageados em audiência pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), no início de julho. É o que propõe requerimento de autoria de Ideli Salvati (PT-SC) e do presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), aprovado ontem.

Ao apresentar o requerimento, a senadora lembrou que muitos desses compositores enfrentam problemas financeiros, mesmo depois de terem se dedicado durante anos à criação de canções populares. Para ela,

a audiência poderá ajudar a elaborar medidas para proteger os artistas mais idosos.

– Existem compositores com mais de 80 anos que ainda precisam ganhar a vida participando de atividades musicais madrugadas adentro – afirmou Ideli.

O requerimento foi apoiado por Cristovam Buarque (PDT-DF), para quem a música popular brasileira pode ser considerada, ao lado do futebol, como um dos produtos nacionais que mais despertam admiração em todo o mundo.

Antes da audiência, segundo informou Arns, integrantes da comissão manterão contato com os ministérios da Cultura, do Trabalho e da Previdência Social, em busca de soluções para a situação desses compositores.

A CE também aprovou, a pedido de Romeu Tuma (PTB-SP), convite ao professor Içami Tiba para participar de audiência pública sobre abuso de drogas no meio juvenil; e, a pedido de Paulo Paim (PT-RS), a realização de audiência pública sobre o aumento da violência nas escolas.

Fagner canta em centenário de Patativa do Assaré

O cantor Raimundo Fagner participará da homenagem que o Senado presta hoje ao centenário do poeta Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, falecido em 2002. Fagner encerrará a homenagem

cantando *Vaca Estrela e boi Fubá*, a canção de Patativa com o maior número de regravações. Estarão presentes o filho de Patativa, Geraldo Gonçalves de Castro; o prefeito de Assaré, Francisco Evanderto Almeida; e o cineasta Rosemberg Cariry, cujo documentário *Patativa do Assaré – Ave poesia* será exibido às 18h30 no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

Patativa do Assaré nasceu

numa fazenda do município de Assaré (CE) e faria cem anos no próximo dia 5. A homenagem ao poeta foi requerida por Inácio Arruda (PCdoB-CE), que também é o organizador do livro *Patativa do Assaré – Poeta universal*, a ser lançado durante a sessão. A obra reúne textos de Assis Ângelo, Cândido B. C. Neto, Gilmar de Carvalho, Joan Edesson, Oswald Barroso, Plácido Cidade Nuvens, Rosemberg Cariry e Luiz Tadeu Feitosa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário faz homenagem a Patativa do Assaré

A sessão, às 14h, é deliberativa. O expediente será em homenagem ao poeta Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré. Durante a sessão, haverá o lançamento do livro *Patativa do Assaré* –

Poeta universal, organizado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). A pauta está trancada por três projetos de lei de conversão (PLVs 5, 9 e 10, provenientes das medidas provisórias 452, 458 e 457).

Repentistas e documentário

No auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis, será exibido, às 18h30, o documentário *Patativa do Assaré – Ave poesia*, de Rosemberg Cariry. Antes haverá apresentação de repentistas da Casa do Cantador.

Presidente do Senado viaja a São Paulo

O presidente do Senado, José Sarney, está em São Paulo, onde ficará até o final desta semana para acompanhar sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, em tratamento de saúde.

Repressão ao crime organizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, às 10h, audiência pública para instruir o projeto que dispõe sobre a repressão ao crime organizado. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, está entre os convidados. Na segunda parte da reunião, a CCJ vota 52 itens, entre os quais estão PECs que tratam da redução da maioria penal.

CAS analisa projeto sobre energia solar

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se para analisar, entre os 14 itens em pauta, o projeto que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Lei 4.380/64 com o objetivo de fomentar o uso de energia solar. Também deverá ser examinado o projeto que extingue o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

CRE e CCT: ciência e inovação na Amazônia

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promovem, às 8h30, audiência para discutir ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento para a região. Foram convidados o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luis Val; o diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Silvio Crestana; e o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis Júnior.

Na CDR, usucapião urbano

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne às 9h30 para analisar projeto que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) a fim de autorizar o Ministério Público a propor ação de usucapião especial urbana em área ocupada por pessoas de baixa renda.

CDH discute milícias no Rio de Janeiro

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para debater a existência de milícias em comunidades do Rio de Janeiro, com índices de envolvimento de policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. Participam da reunião o ministro da Justiça, Tarso Genro; o procurador-geral do Ministério Público do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes; o deputado estadual Marcelo Freixo; e o secretário de Segurança Pública daquele estado, José Mariano Beltrame.

CORREÇÃO

A foto de Patativa do Assaré publicada na página 4 da edição de ontem do **Jornal do Senado** é de autoria de Emerson Monteiro.

Relatório preliminar da LDO compensa estados por Lei Kandir

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009. O destaque foi uma emenda do deputado Nárício Rodrigues (PSDB-MG) determinando que o governo aloque recursos para o atendimento a estados, Distrito Federal e municípios como compensação pela isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre as exportações. A isenção era feita, até 2006, por intermédio da Lei Kandir.

Durante a discussão do relatório, o senador Efraim Morais (DEM-PB) alertou para a necessidade de se criarem mecanismos eficientes de controle dos repasses de recursos federais para organizações não governamentais (ONGs). Efraim sugeriu a inclusão no texto de relação de todas as obras constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele criticou o crescimento atual das despesas

correntes do Executivo.

Foram aprovadas outras 21 emendas ao relatório preliminar do projeto da LDO. O texto define os procedimentos que deverão ser adotados pelo relator a partir de agora. A proposta estabelece ainda os números máximos de emendas que poderão ser apresentadas: cinco por comissão permanente da Câmara dos Deputados e do Senado; cinco por bancada estadual do Congresso Nacional; e cinco individuais.

MP 463/09

Os parlamentares da CMO aprovaram também a Medida Provisória 463/09, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 1,21 bilhão em favor de diversos órgãos do governo federal. A maior parte dos recursos destina-se à prevenção de uma possível epidemia de gripe suína no país e também ao atendimento de populações atingidas por enchentes em vários estados da Federação.



Virgílio, Marconi, Claudia Lyra (secretária-geral da Mesa), Zoghbi e o advogado

Agaciel nega irregularidades e Zoghbi recua em denúncia

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), comandou ontem, como presidente em exercício da Casa, a inquirição do ex-diretor-geral Agaciel da Silva Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. Agaciel negou participação em qualquer irregularidade, enquanto Zoghbi assumiu que sua esposa, Denise Zoghbi, ofereceu um automóvel importado marca Mercedes Benz ao repórter que iria publicar uma matéria contrária ao diretor.

– Acho que ela [Denise Zoghbi] deve ser punida, ela é funcionária. Aliás, estou convencido de que quem me ameaçou não foi o Zoghbi. Porque um sujeito que bota no fogo a mulher e o filho, Nossa Senhora! – afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que disse ter sido ameaçado por um desconhecido em telefonema para sua casa.

Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), a oferta de Denise “tem outro nome: é suborno”.

O ex-diretor de Recursos Humanos, já indiciado pela Polícia Legislativa por corrupção passiva, formação de quadrilha e falsidade ideológica, negou todas as acusações. Até mesmo que soubesse que sua antiga babá fosse uma das sócias das empre-

sas montadas por seu filho para intermediar empréstimos de servidores do Senado ao Banco Cruzeiro do Sul. Zoghbi também negou saber de qualquer fato desabonador em referência a Agaciel Maia, a quem havia denunciado.

Arthur Virgílio afirmou que Zoghbi era “apenas uma peça” na engrenagem e que não sabia sequer se era das mais importantes. Para Virgílio, há no Senado um grande interesse em abafar as denúncias.

Já o ex-diretor-geral Agaciel Maia disse ser obrigado dos 1ºs secretários da Casa a abertura de inquérito para averiguar irregularidades em licitações.

– Acho que os 1ºs secretários devem se explicar, perante o Plenário da Casa, perante seus colegas. Porque ele [Agaciel] foi muito nítido ao dizer que não é culpa dele. Terminou dizendo que, se culpa houve, essa culpa era de quem estava hierarquicamente acima dele, portanto, dos 1ºs secretários – observou Arthur Virgílio.

Além de Marconi, Virgílio e Jereissati, participaram do interrogatório os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), José Agripino (DEM-RN), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Tião Viana (PT-AC).

Senadora contesta ministro do Meio Ambiente, que teria chamado os produtores rurais de “vigaristas”, e critica exigências ambientais e atuação do Greenpeace

Kátia Abreu diz que Minc é “alienado da economia”

A SENADORA KÁTIA Abreu (DEM-TO) rebateu ontem com veemência o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que, no final de semana, teria chamado os produtores rurais de “vigaristas”. Para a senadora, o ministro “é um alienado da economia nacional” e estaria irritado porque ela, relatora da Medida Provisória 458/09, pretende modificar a proposta que regulariza a venda de terras da União na Amazônia.

Kátia Abreu recebeu o apoio de 15 senadores, em apertes. O ministro só foi defendido por João Pedro (PT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP), os quais disseram que Carlos Minc havia pedido desculpas.

– Esses “vigaristas” dão um terço dos empregos do Brasil. Esses “vigaristas” são responsáveis por um terço das exportações brasileiras. Esses “vigaristas” fazem o setor que mantém a balança comercial do Brasil com um superávit de 26 bilhões de dólares. O Brasil pode viver



Kátia Abreu afirma que produtores rurais querem discutir legislação

muito bem sem o senhor, mas o Brasil sentirá muito se perder os seus produtores rurais – disse.

Críticas

A senadora tachou o ministro de “ecoxiita” e afirmou que os produtores, “que ficaram acuados pelos ecologistas nos últimos 13 anos, não vão mais aceitar isso” e agora querem discutir a legislação ambiental. Para Kátia Abreu, os produtores

não vão mais aceitar que “meia dúzia de ecologistas” dominem o debate ambiental no país.

Ela declarou que o ministro, que levou o presidente Lula a assinar um decreto com exigências ambientais rigorosas para os proprietários rurais, acabou por unir os produtores, “grandes e pequenos”, contra a política imposta pelos ambientalistas. Disse que os produtores aceitam reflorestar as margens dos riachos e rios, mas não com as exigências do Ministério do Meio Ambiente, e sim com base em recomendações científicas da Embrapa.

Kátia Abreu também criticou pesadamente o Greenpeace. Ela perguntou por que a entidade não luta para que a Europa faça o replantio de suas florestas, que hoje, afirmou, representam apenas 0,3% de sua cobertura florestal original. Lembrou que o Brasil mantém 51% de sua cobertura florestal e nunca viu o Greenpeace elogiar os brasileiros por isso.

Senadora recebe apoio de 15 dos 17 aparteados

Durante seu discurso, Kátia Abreu foi apoiada por 17 senadores, 15 dos quais com elogios à resposta que deu ao ministro do Meio Ambiente. Dois defenderam Carlos Minc.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que “o ministro Minc fez um desserviço à causa da ecologia” e observou que há necessidade de se compatibilizar desenvolvimento com preservação do meio ambiente.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que o governo tem de explicar por que seu ministro agiu com destempero e grosseria. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) opinou que “a visão raivosa de meio ambiente não existe mais” e o mundo agora se preocupa com “uma coisa muito maior, que é o aquecimento do planeta”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) sustentou que as declarações de Carlos Minc “não são de ministro de Estado” e que ele, agindo assim, perde a condição de continuar no posto. Eliseu Resende (DEM-MG) ponderou que o Brasil

não pode abandonar as rodovias que podem ligar os brasileiros ao oceano Pacífico e os vizinhos latinos ao Atlântico.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a preservação do meio ambiente com sustentabilidade, mas “sem deixar que o homem fique faminto, sem emprego”. Neuto de Conto (PMDB-SC) contestou o “Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica” – divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Fundação SOS Mata Atlântica –, que concluiu haver apenas 23,29% da cobertura florestal nativa de Santa Catarina.

Marconi Perillo (PSDB-GO) comentou que existem muitos produtores preocupados com o futuro de seus filhos e do meio ambiente, e que também há ambientalistas que usam apenas a retórica sem um comprometimento maior com o seu discurso.

Gilberto Goellner (DEM-MT) observou que Minc classifica a questão ambiental como um

embate, em vez de buscar o diálogo e o entendimento. Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que o ministro reconheceu haver cometido excessos.

Segundo João Pedro (PT-AM), Carlos Minc teria afirmado que não generalizou quando classificou ruralistas de “vigaristas”. Jayme Campos (DEM-MT) considerou o discurso de Kátia Abreu como “defesa legítima da classe valorosa dos produtores”. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também concordou com a avaliação de que o ministro do Meio Ambiente usou “palavra de descortês”.

Por sua vez, Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou solidariedade à senadora do Tocantins e aos produtores rurais. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a preservação ambiental e o desenvolvimento devem andar juntos. Último apoiante, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apoiou o discurso de Kátia Abreu e disse que Carlos Minc “não poderia ter dito aquilo”.

Suplicy propõe diálogo entre senadora e ambientalistas

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a Kátia Abreu que dialogasse com os integrantes da organização Greenpeace, que na tarde de ontem realizaram manifestação no Senado. Os ativistas protestavam contra a presença da senadora na relatoria da Medida Provisória 458, que trata da regularização fundiária da Amazônia Legal.

Conforme Suplicy, os manifestantes estavam nas dependências da Polícia Legislativa do Senado para prestarem depoi-

mento. Eles foram acusados de desacato a autoridade pública, por desobediência à ordem de encerrar a manifestação, não autorizada. O senador relatou que os ambientalistas portavam uma serra elétrica de brinquedo e um machado, também de brinquedo. Uma jovem, que levava no rosto uma máscara com as feições da senadora, vestia uma faixa onde se lia “Miss Desmatamento”. O objetivo era entregar a faixa a Kátia Abreu.

– A senadora poderia explicar



Suplicy afirma que Kátia poderia explicar que não quer mal à floresta

que ela não está querendo qualquer mal à floresta.

A MP permite que a União transfira, sem licitação, áreas na Amazônia Legal de até 1.500 hectares de extensão.

Instalação da CPI é remarca

Governistas negam quórum na primeira reunião, alegando quebra de acordo na CPI das ONGs; oposição diz que



Paulo Duque cancelou a reunião de ontem 13 minutos depois de aberta

Foto de Wladimir Borrieto

FOI REMARCADA PARA amanhã, às 11h, a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. Devem ser eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão. O presidente deverá, então, indicar o relator da CPI.

A instalação da comissão de inquérito deveria ter ocorrido ontem, mas o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que presidiria a reunião por ser

o parlamentar mais idoso do colegiado, adiou a instalação por falta de quórum (número suficiente de senadores presentes).

O líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que os senadores governistas – oito dos 11 membros da comissão – só dariam quórum para a eleição se os parlamentares oposicionistas abrissem mão da relatoria da CPI das ONGs.

Já os parlamentares oposicionistas creditaram o ocorrido a uma manobra dos governistas para ganhar tempo e solucionar um impasse interno

entre senadores do PT quem comandará a comissão. José Agripino (DEM-RN) a possibilidade de a oposição da CPI das ONGs “é zero”.

O senador oposicionista AM) foi indicado relator das ONGs, Heráclito Fortes (PCdoB-CE) teve seu nome indicado para relator da CPI das ONGs. Após uma espera de

Governo quer de volta a relatoria da CPI das ONGs

Em entrevista à imprensa, o líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante, afirmou que os parlamentares governistas só dariam quórum para a instalação da CPI da Petrobras quando a oposição cumprisse acordo e devolvesse a um parlamentar governista a relatoria da CPI que investiga irregularidades em repasses a organizações não governamentais (CPI das ONGs).

– O que queremos é o entendimento e o cumprimento do acordo na CPI das ONGs e imediatamente instalaremos a CPI da Petrobras. Vou apresentar questão de ordem à Mesa diretora e, se a questão for resolvida, vamos dar quórum na CPI da Petrobras. O respeito ao acordo é fundamental para a convivência no Senado – disse Mercadante.

Segundo o senador petista, o governo cumpriu acordo prevendo que a presidência da CPI das ONGs ficaria com um oposicionista e a relatoria com um parlamentar do governo, inclusive quando houve mudança da presidência da comissão e o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) substituiu o senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

A relatoria da CPI das ONGs foi ocupada por um oposicionista – Arthur Virgílio (PSDB-AM) – quando o então relator Inácio Arruda (PCdoB-CE) passou a ser suplente naquela comissão, pelo fato de ter sido apontado como titular na CPI da Petrobras.

– Nós respeitamos quando eles trocaram a presidência e elegemos por duas vezes presidentes da oposição. Inácio Arruda voltou como titular no mesmo dia na CPI das ONGs e foi para a suplência na da Petrobras – argumentou Mercadante. O senador acredita que a relatoria pertence à base aliada e que a troca não poderia ter sido



Jonas Pereira

José Múcio Monteiro (E) conversa com Marconi Perillo; Aloizio Mercadante (foto menor) cobra cumprimento de acordo

feita da forma como ocorreu.

Divisão

O ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, em visita ao Senado, admitiu que, além da questão da relatoria da CPI das ONGs, faltava o PMDB e o PT “se afinarem para saber quem é presidente e relator” da comissão que investigará possíveis irregularidades na Petrobras e na Agência Nacional do Petróleo (ANP).

– No final vai se resolver, são os dois maiores partidos da base do governo e têm consciência da responsabilidade que têm com o governo e com a CPI em relação a esse enfrentamento da CPI da Petrobras – disse Múcio.

O ministro afirmou ainda que o governo não tem preocupação em “ficar refém do PMDB”. Para Múcio, nem o PMDB faria isso nem o governo pode se sentir assim.



Gerardo Magela

– Precisamos evitar que as questões eleitorais de 2010 contaminem um ano tão difícil como este em que estamos enfrentando a crise. Essa tem de ser a nossa preocupação.

O ministro reconheceu que “o governo não gosta da CPI”, mas acredita que a comissão poderá ser uma “oportunidade de mostrar à sociedade a importância da Petrobras e o que a empresa representa para a economia brasileira”.

Agripino: versão sobre

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou ontem em Plenário que a hipótese de a oposição recuar da nomeação do senador Arthur Virgílio como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs é nula. De acordo com o líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante, essa seria a exigência para a instalação da CPI da Petrobras.

– Não há nenhuma hipótese de concordarmos com essa alternativa. Ela é pano de fundo para o motivo real, que é o desentendimento na base do governo entre o PT e o PMDB, que não estão conseguindo se entender e assim ficam procrastinando a instalação da CPI da Petrobras – disse Agripino.

Ele protestou contra o fato de o senador Paulo Duque ter cancelado ontem a reunião para instalação da comissão, após 15 minutos da hora marcada. Segundo Agripino, Duque poderia ter estabelecido tolerância



Agripino (E) conversa com Arthur Virgílio e An

de pelo menos meia hora. O líder do DEM pediu explicações à base do governo, que não deu quórum para a instalação da comissão.

– Não houve até agora manifestação da base do governo, apenas

Mozarildo pede alteração nas regras sobre CPIs

Mudança nas regras que definem a composição das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e do Conselho de Ética foi defendida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, nesses casos, o número de integrantes não deve seguir, como nas comissões temáticas, a proporcionalidade partidária. Hoje, segundo ele, há “supremacia” dos partidos com mais integrantes, quando deveria haver representação igualitária. Mozarildo anunciou ter encomendado à Consultoria Legislativa proposta a respeito das CPIs e encaminhado sugestão sobre o Conselho de Ética à comissão do Regimento Interno.

– Quando se fala que as CPIs acabam em pizza, não dão em nada, o que acontece é que elas são partidárias, comandadas por um esquema de interesses que é transformado ou no interesse do partido, ou no comando do partido, ou no interesse do Palácio do Planalto, o que é pior ainda – avaliou.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou lamentar que “o governo, com sua base esmagadora, queira abafar a CPI da Petrobras”. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “o governo deve trabalhar para que a Petrobras seja recolocada no seu devido lugar”.

Alvaro Dias di

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a postura da base do governo, que teria trabalhado pela falta de quórum e impedido a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras. Em reunião realizada ontem, deveriam ter sido escolhidos o presidente, o vice-presidente e o relator da CPI.

– Não há justificativa para esse comportamento. Está ocorrendo um desrespeito à minoria, a regra estabelecida e à tradição parlamentar. O governo quer impedir a presidência e a relatoria. Não abre mão de ser maioria e de dominar de forma absoluta a CPI – assinalou.

Alvaro afirmou não querer acreditar que a atitude adotada pela base governista seja fruto de uma estratégia para a obtenção dos trabalhos da comissão. Segundo ele, o governo não tem o direito de cercear a oposição no cumprimento do seu dever.



De acordo com Ideli, dados revelados são importantes para o governo federal e o PT

Ideli celebra resultados de pesquisas de opinião

O governo federal vem apresentando resultados positivos em recentes pesquisas de opinião, afirmou Ideli Salvatti (PT-SC). Pesquisa da Vox Populi mostrou que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem entre 19% e 25% das intenções de voto para presidente da República e que o presidente Lula recebeu avaliação positiva de 87% dos que participaram do levantamento.

A pesquisa do Instituto Datafolha mostrou que 41% dos entrevistados estariam dispostos a votar no candidato à Presidência da República apoiado pelo presidente Lula. Já os dados da pesquisa da CNT/Census, comentou Ideli, demonstram que 84% aprovam o governo Lula.

Segundo ela, “esses resultados são importantes tanto para o governo federal quanto para o PT”.



Para Jayme Campos, a Copa do Mundo abre para a cidade novos tempos de prosperidade

Jayme Camp

“A escolha de Curitiba para a Copa do Mundo encerra um ciclo histórico de Mato Grosso”, disse Jayme Campos (PSDB-PR) sobre a escolha da cidade para a Copa do Mundo de 2014. Segundo ele, a escolha da cidade abre a possibilidade de um “envolvimento” para a cidade sobre a relevância da Copa do Mundo. – Gostaria de renovar o compromisso com a cidade. – Jayme vestiu-se de verde em apoio à indicação de Curitiba. – Jayme mostrou entusiasmo e a alegria da cidade. – Jayme e a equipe da Fifa, pesaram a favor

da para amanhã

adiamento se deve a divergência entre PT e PMDB

PT e PMDB para escolher comissão. O líder do DEM, afirmou em Plenário que posição desistir da relatoria".

ista Arthur Virgílio (PSDB-SP) pelo presidente da CPI das ONGs (DEM-PI), quando Inácio de desistir do cargo ao ocupar também da CPI da

menos de 15 minutos, o

senador Paulo Duque informou à imprensa presente na sala onde seria instalada a CPI da Petrobras que a reunião não ocorreria. Ele disse que não havia senadores suficientes na sala para fazer a instalação.

Às 14h13 apenas Paulo Duque e o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) estavam presentes. A comissão tem 11 membros, sendo apenas três da oposição. Antonio Carlos Júnior disse que houve uma "manobra de baixo nível e inadmissível" do governo para obstruir a comissão. "Querem avacalhar a CPI no primeiro dia", afirmou.

adiamento é "risível"



Antonio Carlos Júnior: oposição cobra explicações

boatos, e o último é risível, de que só instalariam a CPI depois de recuo por parte da oposição na indicação do relator da CPI das ONGs – disse o parlamentar.

Agripino garantiu que a oposição

z que governo tenta domínio absoluto

PSDB- se do hado mpe- missão o da aliza- sido vice- CPI. a esse sendo à pra- o exis- car a Não tenta luta a



Segundo Alvaro, oposição pode reagir com medidas judiciais contra obstrução

fiscalizar os atos do Executivo.

– Se a maioria do governo adotar a estratégia de obstrução, a oposição terá instrumentos para reagir, seja com medidas judiciais, quem sabe, ou fixar procedimentos internos que estabeleçam o fato consumado.

irá ao "limite das regras" em todas as instâncias judiciais para que a CPI da Petrobras seja instalada o mais rapidamente possível.

Os líderes opositoristas criticaram ainda a atitude da líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), que fazia discurso em Plenário enquanto a reunião da CPI era suspensa pelo senador Paulo Duque por falta de quórum.

Já o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) registrou sua desaprovação pelo ato da base do governo que, na opinião dele, desrespeitou a instalação da comissão parlamentar de inquérito. Papaléo acredita que a senadora Ideli "fugiu" da CPI.

– É de se lastimar – disse Papaléo.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) argumentou que o governo "tem excepcionais níveis de aprovação e não há por que temer" investigações na Petrobras e na Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Desistir de investigar, jamais. A oposição vai investigar denúncias não contra a Petrobras, mas contra a atual gestão da empresa, que é temerária e preocupante – garantiu.

O senador reiterou que a investigação de denúncias contra a Petrobras não prejudica o funcionamento da estatal.

– Investigar corrupção, denunciar corrupção não compromete investimento. O que pode comprometer é a corrupção, o superfaturamento de obras, a concessão de aditivos irregulares, a distribuição de patrocínios de forma escusa – observou Alvaro.

Em aparte, Antônio Carlos Júnior (DEM-BA), que chegou a ser cotado para presidir a comissão, disse que "a base do governo quer estrangular a CPI, transformá-la em CPI de mentira".

– Isso nós não vamos permitir – alertou.

Em audiência sobre o futuro da rede mundial, deputados e senadores decidem requerer a criação de colegiado misto para debater seu uso na campanha eleitoral de 2010

Uso da internet em campanha deverá ser tema de comissão

EM AUDIÊNCIA QUE debateu as oportunidades e desafios futuros da internet, senadores e deputados chegaram a um entendimento prévio quanto à estratégia para a utilização da internet durante a campanha eleitoral de 2010: a criação de uma comissão mista para elaborar um projeto sobre o assunto a ser votado até setembro.

Durante o debate, realizado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o senador

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse considerar "um absurdo" que os candidatos tenham sido proibidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de fazer campanha pela rede de computadores, mas outros usuários possam montar páginas criticando e até ofendendo os postulantes.

– A internet é o equivalente moderno das assembleias da Grécia antiga – comparou Mercadante.

Para o presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a uti-

lização da internet "é um caminho natural", uma vez que é um meio bem mais barato do que as rádios e televisões. O senador explicou que há vários projetos em torno do tema em tramitação nas duas Casas do Congresso, mas a matéria não está avançando.

A criação da comissão mista depende de requerimento da CCT e da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara aos presidentes das duas Casas do Legislativo.



Jarbas: Câmara está fragmentada e será difícil aprovar mudanças ousadas

Jarbas Vasconcelos teme que "engodo" substitua reforma

A Câmara caminha para aprovar um "engodo", ao invés de uma verdadeira reforma política, afirmou Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Para o senador, apesar dos "sérios esforços" do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), relator da matéria, no final pode haver somente a aprovação de uma medida que reduz o prazo para filiação partidária e uma "janela para o troca-troca partidário". Vasconcelos afirmou que a Câmara "está fragmentada" e dificilmente os líderes conseguirão construir o consenso mínimo para "propostas mais ousadas".

O senador ponderou ainda que, se for aprovado também o financiamento público de campanhas, o Congresso passará a imagem de que só aprova o que é do seu interesse corporativo. Para ele, o financiamento público "precisa estar ao lado de outras medidas moralizadoras" da atividade política, como o fim das coligações proporcionais e a adoção do voto distrital misto.

– Se não existem condições políticas hoje para aprovar uma reforma política, vamos deixar esse trabalho para o início da próxima legislatura.

Valadares: maioria do Senado quer voto aberto em cassação

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ao Plenário que, de acordo com pesquisa realizada entre os senadores, "a maioria esmagadora" quer o voto aberto nas decisões sobre cassação de mandatos de deputado e senador. Segundo Valadares, dos 71 senadores ouvidos, 42 optaram pelo voto aberto; 18 apoiaram o secreto.

O senador por Sergipe é relator de três propostas de emenda à Constituição que tratam do sistema de votação no Senado: as PECs 38/04, 50/06 e 86/07. Ele foi designado, em reunião de líderes partidários, para produzir um substitutivo que obtenha consenso no Plenário.

Valadares enviou ofícios a cada um dos senadores e ouviu alguns pessoalmente. Dos 81

parlamentares, 71 responderam ao questionário.

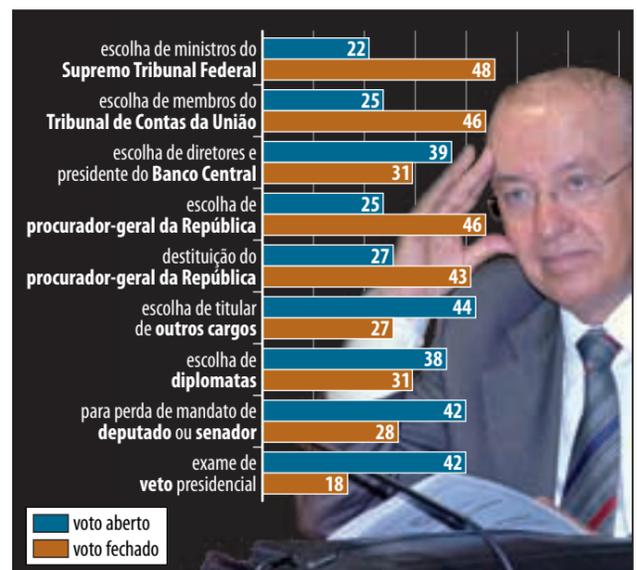
Para a escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal, 48 optaram pelo voto secreto. No caso de escolha de integrantes do Tribunal de Contas da União, 46 também foram a favor do voto secreto.

A escolha do presidente e de diretores do Banco Central, para 38 senadores, deve ser feita por voto aberto. O voto secreto predomina na definição do nome do procurador-geral da República: 46 senadores têm essa posição. Em relação ao exame de vetos presidenciais, 42 optaram pelo voto aberto.

– Já posso fazer o meu relatório final, porque tive oportunidade de ouvir a opinião de cada um dos senadores – afirmou.

Pesquisa com senadores

Maioria da Casa quer o voto aberto nas decisões sobre cassação de mandatos de deputado ou senador

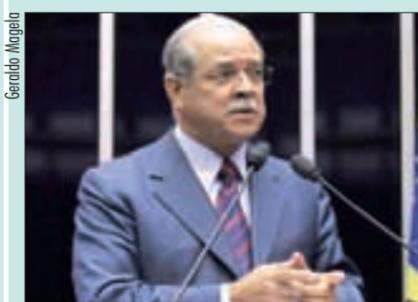


Fonte: Discurso do senador Antônio Carlos Valadares

pos comemora escolha de Cuiabá

Cuiabá como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 enriquecido de frustrações, perdas territoriais e divisões do estado comentou Jayme Campos (DEM-MT). Segundo ele, essa desobstruiu as portas para "novos tempos de prosperidade e de desenvolvimento para a região e caminhos para uma nova tomada de consciência da preservação ambiental.

der homenagens ao cidadão humilde que saiu às ruas, e amarelo e empunhou bandeiras para demonstrar seu orgulho da cidade como uma das 12 sedes da Copa do Mundo. O orgulho de nossa população, quando da visita dos inspetores da Copa do Mundo de Cuiabá – assinalou.



Partido apoia governo federal, mas mantém independência do governo baiano, diz Borges

César Borges: PR será um partido forte na Bahia

César Borges (PR-BA) comunicou ao Plenário que o Partido da República realizou ontem em Salvador seu primeiro encontro regional, com a presença de mais de 500 filiados. O senador informou que na Bahia o PR já tem 43 prefeitos, cerca de 300 vereadores, 40 deputados federais e seis deputados na assembleia legislativa.

Com a presença do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, o encontro serviu para que o partido reafirmasse sua decisão de se manter na base aliada do governo federal, mas com independência em relação ao governo estadual, o qual, na opinião de César Borges, não vem conseguindo fazer uma boa administração. Estiveram ainda presentes ao encontro os senadores João Ribeiro (TO) e Expedito Júnior (RO).

Aprovado nome de novo procurador para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, com 22 votos favoráveis e 1 contrário, a indicação de Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ele já vem exercendo a função desde dezembro, como interino, em substituição a Arthur Badin, nomeado presidente do órgão. Agora, a mensagem presidencial com a indicação vai a Plenário.

Na sabatina, Gilvandro de Araújo defendeu a proposta de lei (PLC 6/09) que reforma o sistema brasileiro de defesa da concorrência, em exame na CAE. O projeto reforça o papel do Cade, que tem como função julgar práticas contrárias à concorrência, como as ações de cartéis, e os atos de concentração entre empresas, caso das fusões que envolvam excessivo domínio de mercado. Segundo ele, é fundamental garantir ao órgão o poder de decidir previamente sobre os atos de concentração.

César Borges pede correção da Lei 11.943/09

César Borges (PR-BA) encaminhou ontem ofício à Mesa diretora do Senado pedindo correção do texto da Lei 11.943/09, que teve origem no projeto de lei de conversão (PLV 3/09) resultante da Medida Provisória 450/08, a chamada MP das Hidrelétricas.

A proposta autorizou a União, os estados e o Distrito Federal a participarem do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE).

O PLV foi aprovado pelo Senado no início de maio de 2009 e, de acordo com César Borges, relator da matéria, o projeto, sancionado pelo presidente da República, foi publicado incompleto (sem os parágrafos 16 e 17 do artigo 18) devido a erro técnico. O Ofício 123/09, apresentado pelo senador, solicita à Mesa diretora que corrija a imperfeição.

Participantes de debate alertam: solução favorável a exportadores prejudicaria as contas do governo; contrária a eles causaria desequilíbrio nos balanços das empresas

Audiência sugere equilíbrio sobre crédito-prêmio do IPI

A CAUTELA IMPRIMIU o ritmo na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a extinção do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados. Prevaleceu a tese de que o interesse público deve nortear a discussão do tema, objeto de contestação na Justiça há mais de dez anos. Como a questão está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), reivindicou-se uma saída jurídica que não imponha danos aos cofres públicos, mas que também não acarrete prejuízos graves aos balanços das empresas.

O crédito-prêmio, instituído em 1969, confere crédito de até 15% sobre o valor das exporta-

ções de bens industrializados. O benefício foi formalmente extinto pelo governo em 1983. Desde então, os exportadores recorreram à Justiça visando reverter a medida. Agora, cabe ao STF dar a palavra final.

O primeiro expositor a invocar um tratamento equilibrado para os dois lados foi o presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Roberto Gianetti da Fonseca. Após estimar o saldo do crédito-prêmio do IPI em R\$ 62 bilhões, dos quais 72% já teriam sido compensados no pagamento de impostos federais devidos, o empresário apelou para que se evite o cancelamento dos créditos já lançados e se dê a mesma oportunidade a quem ainda não fez essa compensação.

Linha de argumentação se-

melhante foi exposta pelo economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que defendeu um encontro de contas para minimizar eventuais efeitos negativos sobre o erário e evitar prejuízos expressivos sobre os balanços empresariais.

O professor de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Taveira Torres também considerou "danosa ao país" uma decisão do STF sobre a matéria que favoreça uma ou outra parte.

Uma resolução da Justiça exclusivamente favorável à União foi defendida por um dos representantes da Receita Federal na audiência. Para Frederico Augusto Gomes de Alencar, uma possível vitória dos exportadores traria repercussão financeira prejudicial aos cofres públicos.



Heleno Taveira (E), Roberto Gianetti, Garibaldi, Luiz Gonzaga Belluzzo, Frederico Alencar e Cláudio Losse, em reunião na CAE

R\$ 62 bi ou R\$ 220 bi? Conta gera controvérsia

Senadores governistas e da oposição pediram ontem ao governo e aos industriais que encontrem uma saída para colocar fim ao litígio judicial que se arrasta há anos a respeito do fim do crédito-prêmio do IPI. A solicitação foi feita durante audiência pública na CAE.

Raimundo Colombo (DEM-SC) pediu à Receita Federal que envie aos senadores o valor exato do crédito-prêmio. Segundo ele, existem discordâncias de valores: para a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, seriam R\$ 62 bilhões; já a Receita Federal diz que o valor ultrapassaria R\$ 220 bilhões.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) e João Tenório (PSDB-AL) afirmaram que a questão tem de ser resolvida rapidamente, a fim de que o setor possa ter tranquilidade para continuar trabalhando.

No entender de Heleno Taveira Torres, professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o litígio vem prejudicando a indústria nacional e beneficiando empresas estrangeiras.

Saída deve ser dada pelo Congresso, afirma Osmar

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a participação do Congresso Nacional na discussão de uma proposta que coloque fim à pendência que envolve a extinção do crédito-prêmio do IPI.

– Não será a burocracia do governo que vai discutir um assunto dessa importância. Temos que votar matéria, aprovar acordo, seja uma medida provisória ou um projeto de lei, mas o assunto não pode ficar pendente. É um direito dos empresários que exportaram e dos trabalhadores que têm seus empregos garantidos por esses empresários – afirmou.

O senador previu "uma confusão", qual-quer que seja a decisão do STF.



Osmar Dias



Senador apresenta argumentos em favor do asfaltamento da estrada

Expedito critica declarações de Minc sobre BR-319

O senador Expedito Júnior (PR-RO) criticou declarações feitas pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que disse à imprensa no último fim de semana que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tem pressa em asfaltar a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, por questões eleitorais.

Expedito Júnior afirmou que a conclusão da estrada deve estar acima de todos os interesses, tendo em vista que a obra contribui para a segurança nacional e vai beneficiar uma população de 25 milhões de pessoas que vivem na região, além de ser a única via de ligação terrestre entre "Manaus e o resto do mundo". Ele salientou que a conclusão da estrada se justifica também em razão da escolha da capital amazonense como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014.

O parlamentar refutou o argumento de que o asfaltamento da BR-319 irá favorecer o desmatamento na região. De acordo com ele, a pavimentação poderá contribuir para dar mais agilidade às iniciativas executadas pelos próprios órgãos governamentais em defesa do meio ambiente, além de favorecer o combate ao tráfico de drogas, à prostituição e ao contrabando.

Segundo Expedito Júnior, a política ambiental brasileira deveria estar a cargo de organizações "sérias", como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e o ministro Minc deveria apresentar soluções à sociedade, em vez de adotar a atitude "pueril" de procurar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para falar mal de outros ministros.

– Minc precisa descer do seu pedestal e precisa trabalhar. O ministro prefere dialogar com ONGs brasileiras e estrangeiras. Esse não é o papel de quem representa o povo brasileiro – disse o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Serys Slhessarenko • Marconi Perillo • Eduardo Suplicy

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Moreira Mariz

Romeu Tuma: participação na missão de paz da ONU completa cinco anos

Tuma elogia tropas brasileiras no Haiti

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou o quinto aniversário da presença das Forças Armadas no Haiti em missão de paz das Nações Unidas. Tuma disse que, desde 2004, 12 mil militares brasileiros já passaram por aquele país.

– Depois de ajudar a reforçar a paz, a segurança e apoiar as obras de engenharia naquela nação do Caribe, o maior desafio do Brasil agora é propiciar o desenvolvimento do Haiti – frisou o senador, que informou que o contingente brasileiro na missão de paz é de 750 militares do Exército e 290 da Marinha.

Paim anuncia audiência na CE

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a aprovação de audiência pública na Comissão de Educação para debater a violência nas escolas, “tanto entre alunos como também deles em relação aos professores, e ainda sobre a violência na periferia das escolas, principalmente por causa do tráfico de drogas”.

A iniciativa, explicou Paim, se baseou em pesquisa que indica que 89% dos professores entrevistados gostariam de ter leis que os amparassem; 87% não se consideram amparados pelas leis atuais; e 58% não se sentem seguros quando vão para as escolas.

Paulo Paim também elogiou a atuação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela votação de “dezenas e dezenas” de projetos.

Mão Santa lamenta atraso de obras

Mão Santa (PMDB-PI) citou levantamento publicado pela imprensa do Piauí segundo o qual o percentual das obras concluídas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em estados nordestinos é inferior a 2%. “No Piauí, dos 418 projetos, 87% continuam no papel. É só propaganda”, disse. O atraso no estado, de acordo com a imprensa local, ocorreu em função de problemas fundiários e de dificuldades na concessão de licenças ambientais.

Nery defende manifestantes

A libertação de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, presos desde 26 de abril, foi defendida por José Nery (PSOL-PA). Dos 18 inicialmente enclausurados, 14 foram libertados, mas quatro ainda permanecem encarcerados, disse o senador.

– Quem luta por seus direitos não merece ser criminalizado – avaliou.

A manifestação era dos atingidos pela barragem de Tucuruí (PA), que há 25 anos buscam indenização. Para a construção de usina hidrelétrica, disse Nery, foram desalojadas milhares de pessoas as quais, até hoje, segundo ele, vivem em favelas.

O senador exigiu que o Tribunal de Justiça do Pará conceda *habeas corpus* permitindo que os manifestantes respondam às acusações em liberdade.



Moreira Mariz

Rosalba afirma que 93% das mortes poderiam ser evitadas com pré-natal

Rosalba lamenta alta mortalidade materna

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lembrou o transcurso, em 28 de maio, do Dia Internacional da Saúde da Mulher. A senadora chamou a atenção para os elevados números de mortalidade materna, câncer de mama e do câncer de colo do útero no país. Segundo Rosalba, no último ano houve redução dos casos de mortalidade materna de 61,7 para 53,4 a cada 100 mil mulheres.

Ela afirmou que, apesar do recuo, os números são ainda elevadíssimos. Na opinião da senadora, 93% dessas mortes poderiam ter sido evitadas com um acompanhamento pré-natal adequado.

Acidente com Airbus: pesar por vítimas

O Plenário do Senado aprovou voto de pesar e solidariedade às famílias das vítimas do desaparecimento do Airbus da Air France sobre o oceano Atlântico: “Constrangidos profundamente, lamentamos essa tragédia que envolve várias nacionalidades. Roga-se a Deus que dê tranquilidade e força aos parentes e amigos das pessoas atingidas pela tragédia para que possam superar esse terrível acontecimento”, diz o documento, que será encaminhado às famílias das vítimas pela Air France e pelos governos do Brasil e da França.



José Cruz

Jefferson Praia discursa no Plenário do Senado. Parlamentares, estudantes e autoridades participam da sessão

Crianças e parlamentares pedem respeito à natureza

Sessão solene comemora o Dia Mundial e a Semana Nacional do Meio Ambiente. Legado dos ex-senadores Evandro Carreira e Jefferson Péres é ressaltado

SENADORES E DEPUTADOS se revezaram ontem na tribuna na sessão solene que comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente e a Semana Nacional do Meio Ambiente. Além dos parlamentares, compareceram representantes de embaixadas e de ONGs, mais o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Durante a sessão, falaram também os adolescentes Karina Lima e Felipe Lima, representando os alunos do Projeto Semente das Águas. Eles disseram que os senadores precisam ter em mente as diretrizes de defesa da natureza quando aprovarem novas leis.

Na presidência dos trabalhos, o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) disse que as crianças representam o futuro e, diante

dos muitos erros que os adultos de hoje já cometeram, elas certamente saberão ter mais respeito pela natureza.

Parâmetros

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a defesa da ecologia precisa ser feita com o objetivo de alimentar as pessoas, dando-lhes acesso à saúde, educação, saneamento básico, ao lado das atividades de preservação da natureza.

Para o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a degradação do rio São Francisco não está sendo combatida por absoluta falta de recursos. Ele disse que o Brasil deve seguir o exemplo do presidente Barack Obama, que destinou US\$ 60 bilhões para preservar o meio ambiente.

Segundo a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), o desenvolvimento econômico não pode ser feito à custa do sacrifício do meio ambiente. Ela conclamou todos à luta por uma nova consciência humana, disposta a rever “esse consumismo desenfreado que tudo destrói no mundo”.

O presidente da Comissão do Meio Ambiente (CMA), Renato Casagrande (PSB-ES), disse que o Brasil está numa encruzilhada em que a sociedade brasileira dirá que tipo de desenvolvimento econômico deseja.

O senador José Nery (PSOL-PA) declarou que se soma aos esforços dos parlamentares e de todas as entidades de preservação do meio ambiente, bem como das ONGs sérias que trabalham na Amazônia.

Homenagem a precursor da luta ambiental

Autor do requerimento para realização da sessão solene do Congresso que celebrou o Dia Mundial do Meio Ambiente, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) homenageou os homens públicos que usaram seus mandatos em defesa da Amazônia. Ele lembrou as contribuições dos ex-senadores Evandro Carreira, que exerceu o mandato entre 1975 e 1983, e Jefferson Péres, falecido no ano passado.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, anunciou que os ministérios do Meio Ambiente, do Turismo e do Esporte, em conjunto com a Fifa e a CBF, defenderão a realização, pelo Brasil, da “Copa limpa ou Copa sustentável” em 2014, a partir da utilização de energias renováveis nos estádios.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo do Piauí pela venda de 78 mil hectares na região de Serra Vermelha para produção de carvão mineral.



Waldemir Rodrigues

Ideli Salvatti preside audiência pública na Comissão de Mudanças Climáticas

Comissão forma grupo para viabilizar projeto Copa Limpa

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou, em audiência realizada ontem, a criação de um grupo de trabalho para viabilizar o projeto Copa Limpa, que prevê ações relacionadas à preservação ambiental durante os preparativos e a Copa do Mundo de 2014, que será sediada pelo Brasil.

O projeto Copa Limpa prevê uma série de ações de sustentabilidade para a Copa de 2014. Entre elas, a utilização de energias alternativas, com ênfase na energia solar, a reutilização da água e a redução das emissões de gás carbônico nas obras de reconstrução, reforma e modernização dos estádios. O Copa

Limpa também prevê coleta seletiva de lixo e implementação de projetos de saneamento básico. Estão também incluídas ações relacionadas à mobilidade urbana, por meio de melhoria dos transportes coletivos, à segurança pública e à qualificação de mão de obra voltada para o turismo.

Também foi aprovada reunião com o presidente Lula e com o presidente da Fifa, Joseph Blatter, para apresentação do projeto. A comissão definiu ainda uma comitiva para visitar a Alemanha, a fim de conhecer o método de planejamento e o uso de alternativas sustentáveis que foram utilizados na Copa do Mundo de 2006.

Quatro comissões ouviram representantes do governo sobre o cumprimento das Metas do Milênio, estabelecidas pela ONU para o combate à miséria, a melhoria das condições de vida da população e a proteção ambiental

“Brasil conseguiu reduzir a pobreza pela metade”

O BRASIL JÁ atingiu a primeira meta proposta na Declaração do Milênio, que é a de reduzir pela metade a proporção da população com renda *per capita* inferior a um dólar por dia. A afirmação foi feita ontem pelo coordenador do grupo de trabalho para acompanhamento e monitoramento das metas na Casa Civil da Presidência da República, Darci Bertholdo, em audiência pública realizada por quatro comissões.

A Declaração do Milênio é um conjunto de ações estabelecidas em pacto internacional pelo fim da pobreza articulado pela Organização das Nações Unidas e assumido por 189 países. A previsão é que as ações sejam atingidas até 2015.

Segundo informou o representante da Casa Civil, em 1990, o país tinha 8,8% da sua população vivendo com menos de um dólar por dia. Atualmente, esse percentual está em 4,2%. Bertholdo explicou

também que o governo federal está envolvendo os municípios na agenda de compromissos das Metas do Milênio, para que cada prefeito possa monitorar, em sua cidade, o cumprimento da agenda de ações.

Ao lembrar os oito objetivos e as 18 metas da Declaração do Milênio, o especialista disse que o Brasil também já cumpre o segundo objetivo, que é a universalização da educação primária. Conforme observou, o país tem agora outro desafio a ser atingido nessa área: a formação de professores para garantir a qualidade do ensino nas escolas e a oferta continuada de merenda escolar para estimular a permanência dos alunos na escola.

A audiência foi promovida pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Metas são “pano de fundo” para políticas públicas

OS GOVERNOS E as instituições internacionais não colocam as Metas do Milênio como prioridade, afirmou o representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), Sérgio Wanderly Silva, na audiência pública de ontem. Em sua opinião, as metas têm sido consideradas apenas “pano de fundo” para políticas públicas.

Na avaliação de Sérgio Silva, o combate à pobreza é dificultado pela falta de conhecimento do problema, uma vez que as autoridades ainda não sabem o que é realmente a pobreza. Segundo ele, o problema não é tratado do ponto de vista dos direitos do cidadão e é intensificado pelas desigualdades regionais.

Já Kátia Abreu (DEM-TO) explicou que não só o gover-

no, mas também entidades da sociedade civil estão colaborando para o cumprimento das Metas do Milênio. A senadora, que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), informou que a instituição criou escolas-fazenda na África e no Brasil, para receber africanos no país.

Para dar continuidade ao trabalho, Kátia Abreu afirmou que é preciso que os ministros de Estado entendam a necessidade de desenvolver políticas públicas voltadas para o interior do país, onde está a população mais pobre.

– Brasil é o remédio doce para esse amargo problema da fome, pois temos 120 milhões de hectares disponíveis para a produção de alimentos sem fazer nenhum desmatamento – disse.

PEDOFILIA

CPI busca cooperação de empresas de cartões

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), reuniu-se ontem com representantes de operadoras de cartões de crédito para estudar métodos e propor a criação de leis que evitem a aquisição de material pornográfico infantil pela internet com a utilização de cartões de crédito. A intenção é elaborar um termo de cooperação entre as empresas e as autoridades brasileiras para evitar a prática.

BIODIVERSIDADE



Papaléo elogia criação de centro de pesquisa

Papaléo Paes (PSDB-AP) saudou a criação do Centro de Pesquisa da Biodiversidade, a ser instalado no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá. Ele salientou que o centro formará especialistas em biodiversidade amazônica, incentivando pesquisas sobre os recursos genéticos do bioma, ajudando a “conter o avanço da devastação na região amazônica”. Irá também atuar para garantir acesso dos investigadores aos conhecimentos tradicionais da região.

PESAR

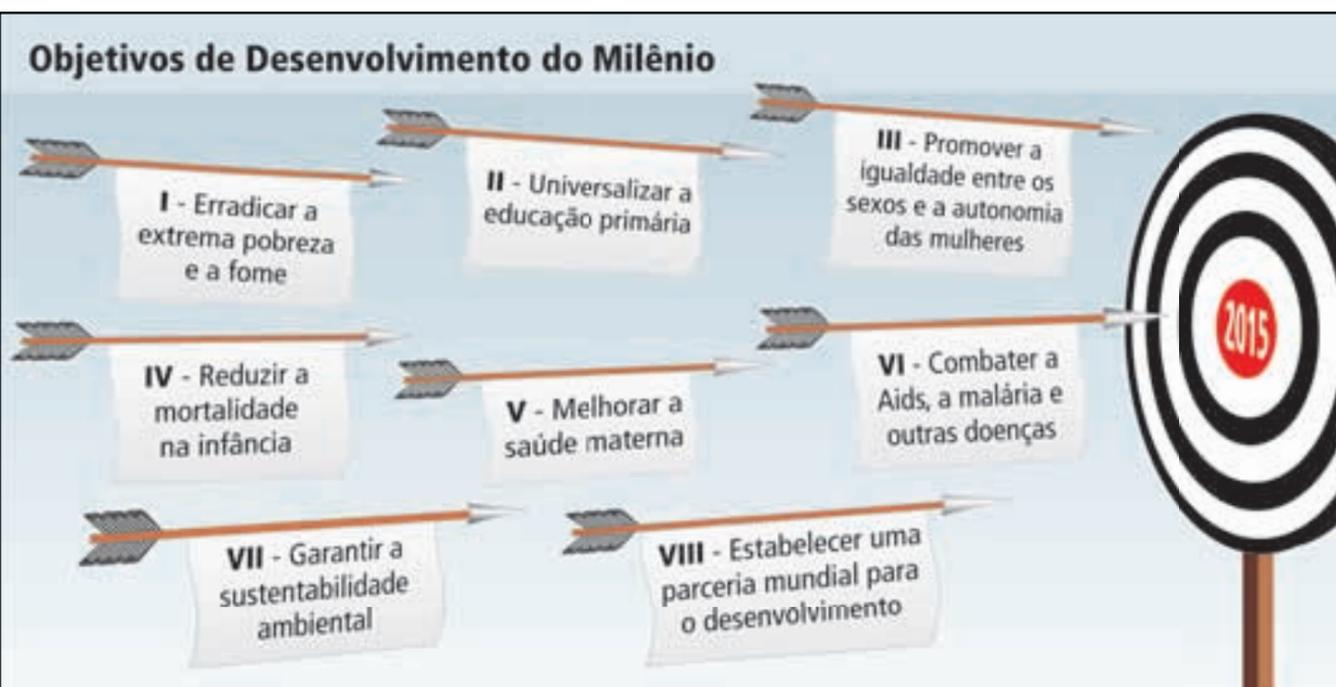
Senadores lamentam morte de médico do CE

O Senado encaminhará voto de pesar aos familiares do médico cearense Haroldo Juaçaba, que morreu na segunda-feira, aos 90 anos, vítima de insuficiência respiratória. Autor do pedido de homenagem póstuma, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que o médico, que era presidente do Instituto do Câncer do Ceará, ajudou na formação de muitos profissionais da Medicina no estado. Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Patrícia Saboya (PDT-CE) também lamentaram a morte.

VOO DA AIR FRANCE

Colombo: italianos vieram em socorro a SC

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) lamentou o desaparecimento de três italianos, vítimas do voo da Air France, que vieram ao Brasil trazer doações para municípios de Santa Catarina que sofreram com enchentes no ano passado. Colombo também apresentou requerimento de aplauso para o grupo RBS de Santa Catarina em virtude da campanha “Crack, nem pensar”, que está sendo desenvolvida em todos os veículos do conglomerado de comunicação.



Ministérios explicam ações para cumprir objetivos do milênio

A secretária de Avaliação de Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, Laura da Veiga, defendeu a transferência de renda condicionada como mecanismo para combater a pobreza no mundo, com vistas ao cumprimento das Metas do Milênio. Segundo ela, é preciso que os chamados “gastos sociais” passem a ser entendidos como “investimentos sociais”.

O chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Silvio José Albuquerque Silva, explicou que o Itamaraty tem procurado atuar mais intensamente no combate à pobreza por meio do estabelecimento de uma parceria mundial em prol dos

países em desenvolvimento.

O assessor da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Antônio Luiz Machado de Moraes, afirmou que a agricultura brasileira contribui com a redução da fome pela ampliação da disponibilidade de alimentos, bem como pela sua oferta a preços acessíveis.

Já o representante do Ministério do Desenvolvimento, Marco Otávio Bezerra Prates, informou que o órgão busca estimular uma indústria siderúrgica mais sustentável. Ele disse que, atualmente, mais de 90% da siderurgia brasileira trabalha com carvão mineral, um dos principais emissores de dióxido de carbono.

Taxa para mortalidade infantil pode ser alcançada em 2012

O Brasil vai cumprir o quarto objetivo de desenvolvimento do milênio – reduzir em dois terços a mortalidade na infância – até 2012, três anos antes do prazo, afirmou o assessor especial do Ministério da Saúde, Adson França. Ele informou que os estados da Amazônia Legal terão atenção prioritária do governo nesse aspecto.

Para o assessor, as desigualdades regionais ainda representam grande desafio em razão da extensão continental do país. Como exemplo, ele disse que o Rio Grande do Sul está investindo em aperfeiçoamento de cirurgias cardíacas em bebês, enquanto o Nordeste ainda precisa combater

problemas como diarreia.

No debate, a senadora e médica Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou preocupação com o alto índice de mortalidade materna no Brasil.

– Não podemos admitir chegar em 2015 e não termos cumprido essa meta, que é o início de tudo, pois é o início da vida – advertiu.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) defendeu políticas que fixem os médicos e enfermeiros na Amazônia. Valter Pereira (PMDB-MS) sugeriu a exigência de contrapartida por meio de prestação de serviços em áreas remotas por parte de profissionais de saúde formados em universidades públicas.